

Termo de Referência 56/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
56/2023	682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	DANIELA BASTOS DIAS	28/07/2023 13:59 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		50300.010451/2023-43

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço especializado, na forma de licença de uso, de software na modalidade Saas (Software as a Service), de acompanhamento legislativo para atender às necessidades da Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais (ASP) da ANTAQ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DA CONTRATAÇÃO (3 anos)
1	Contratação de serviço especializado, na forma de licença de uso, do software Inteligov, na modalidade Saas (Software as a Service), de acompanhamento legislativo, para atender a ASP/ANTAQ.	27502	Unidade	1	R\$ 52.800,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) anos, sem prorrogação, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

1.3. O custo estimado da contratação é de **R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)**, conforme custos apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação é necessária para o eficaz monitoramento das matérias legislativas que impactem no setor portuário, da navegação marítima ou nas atividades da ANTAQ.

2.2. A contratação está diretamente vinculada aos Objetivos Estratégicos - Plano Estratégico da ANTAQ (2021-2024):

2.2.1. Promover um ambiente regulatório confiável, estável e que transmita segurança jurídica;

2.2.2. Aprimorar a comunicação institucional, a transparência ativa e a participação social.

2.3. A presente instrução visa a dar continuidade à solução tecnológica que fora efetivada pela ANTAQ em 2021, de sistema de gerenciamento e acompanhamento de matérias que tramitam no Congresso Nacional, o qual tem o vencimento da licença no dia 8 de agosto de 2023, conforme Nota de Empenho (SEI nº 1690941).

2.4. Com o elevado número de pautas e proposições legislativas de interesse da ANTAQ em tramitação nas casas legislativas, bem como a quantidade de novas propostas apresentadas rotineiramente, é notável a dificuldade da Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais (ASP) em acompanhar as referidas tramitações e novas proposições que surgem no âmbito do Congresso Nacional, sem o auxílio de um software "inteligente". O atraso nas notificações por parte dos sistemas das casas legislativas sobre a tramitação dos projetos acompanhados, em sistema de *push digital*, impacta negativamente a velocidade da ação em relação aos interesses legislativos da Agência.

2.5. Atualmente a ASP monitora mais de 200 proposições legislativas de grande interesse da Agência e diariamente novas proposições são apresentadas, fazendo-se necessário um trabalho humano manual de filtragem para acompanhamento de novas proposições, caso não fosse o uso do sistema Inteligov. Essa alocação básica de tarefas impossibilitaria ou dificultaria, dada a reduzida força de trabalho, a expansão ou implementação de atividades estratégicas e igualmente relevantes como a elaboração de estratégias de atuação visando garantir o posicionamento da Agência em relação às matérias que estão sendo discutidas, o monitoramento de discursos de parlamentares e avaliação de stakeholders, dentre outros.

2.6. A ferramenta ora pretendida automatiza diversas atividades como a formulação da pauta legislativa semanal, identificação de novas propostas de interesse, análise de atuação de parlamentares, acompanhamento de tramitação de pautas selecionadas e das matérias legislativas. A contratação otimiza a organização e conexão dos dados legislativos para tomada de decisões mais tempestivas e eficazes, sistematizando a base de dados de forma permanente e consistente, possibilitando memória de acompanhamento legislativo e, principalmente, permitindo que a equipe se dedique a atividades que demandam maior empenho intelectual e estratégico.

2.7. Por se tratar de um sistema web, todo o banco de dados e armazenamento dos documentos legislativos se dá na nuvem, podendo ser acessado através de um navegador e sem a necessidade de instalação de softwares locais em máquinas. O sistema viabiliza a busca de documentos legislativos por número, ano, autor, casa legislativa, status de tramitação, tipo de proposição, regime de tramitação, tema, forma de apreciação, período de apresentação e período de atualização. Também é possível a busca de proposições por palavras-chave, trechos da ementa, justificativa e inteiro teor. É ainda possível compilar as informações obtidas em gráficos para melhor compreensão das tendências legislativas. Os relatórios selecionados podem ser exportados em formato CSV, XLS e PDF.

2.8. Dos serviços constantes do sistema Inteligov, existe o de previsão para aprovação de projetos legislativos, o que se relaciona com uma atuação estratégica e sutil da Assessoria. A funcionalidade de previsão para aprovação das matérias é realizada por Inteligência Artificial e

Machine Learning, que analisam extenso histórico de tramitação de matérias nas casas legislativas e, através de diversos indicadores, apontam a probabilidade de aprovação da proposta, funcionalidade essa que é essencial para as atividades da ASP.

2.9. O quantitativo de 1 (uma) assinatura, com a disponibilização de 4 (quatro) acessos para os usuários, atende a necessidade da Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais (ASP).

2.10. A contratação está alinhada ao **Plano de Contratações Anual (PCA)**, ano 2023, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 157/2022 (Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC), no valor de R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) e autorização no Despacho SAF (SEI nº 1965651).

2.11. Benefícios diretos e indiretos da contratação

2.11.1. Como benefícios resultantes desta contratação espera-se melhor atender às demandas da sociedade junto à ANTAQ, fornecendo melhores condições de trabalho para o desempenho dos serviços realizados nesta Agência.

2.11.2. Desta feita, o que se pretende com a contratação em apreço é manter a capacidade de prestação dos serviços públicos, usando para tanto de serviços terceirizáveis de caráter acessório, almejando com a contratação a busca da economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos.

2.11.3. Destaca-se que especificamente, em meio a cenários políticos e legislativos desafiadores, otimizar processos e obter resultados assertivos é o foco da ANTAQ que regula um setor importante para a sociedade, mas que está imerso em um cenário político-institucional complexo. Nesse sentido, um processo de relacionamento institucional e monitoramento legislativo eficiente é crucial para cumprir com os objetivos da Agência.

2.11.4. Outros benefícios obtidos com o monitoramento legislativo automatizado são:

- Quantidade exponencialmente maior para o monitoramento em relação às soluções manuais, como Excel;
- Velocidade para obter informações;
- Aumento da eficiência;
- Dados estruturados;
- Gestão e organização da matriz de monitoramento; e
- Estabelecimento de prioridades e geração de filtros e relatórios personalizados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Trata-se de ferramenta de monitoramento de processos legislativos e de impacto regulatório funcionando de maneira automatizada e online, compilando todos os dados necessários para o acompanhamento legislativo.

3.2. A ferramenta fornece uma lista diária das proposições de todas as Casas Legislativas filtrada por temas de interesse do usuário e monitoramento de todas as seções do Diário Oficial da União em um relatório diário segmentado por palavras-chave, bem como, todas as informações e interações entre usuários de uma mesma conta na plataforma ficam centralizadas e com fácil acesso por meio de uma interface inteligente e intuitiva.

3.3. A plataforma é 100% responsiva, opera também em formato mobile, ou seja, é toda via web, sem a necessidade outros apps ou instalação de softwares em servidores locais. O acesso é de forma remota por qualquer navegador.

3.4. Em termos de segurança, a plataforma fornece: monitoramento de login simultâneo (4 usuários), com encerramento automático de sessões abertas em outro dispositivo; sistema de auditoria integrado com logs de atividade, usuário, data e IP (exportável em CSV); permissões para download de arquivos armazenados exclusivamente via requisição do sistema Inteligov por meio de URLs temporárias e seguras; e backups integrais dos sete últimos dias e das quatro últimas semanas.

3.5. A plataforma conta com as seguintes funcionalidades: Console de Administração:

- Administrador da conta pode ajustar as permissões de cada usuário;
- Solicitação de envio de e-mails com resumo semanal da matriz para usuários;
- Solicitação de envio de e-mails com agenda semanal das casas federais;
- Solicitação de envio de e-mails com publicações de diários oficiais;
- Produtos de informação com análises produzidas por parceiros de conteúdo;
- Cadastro de palavras-chave para monitoramento de proposições legislativas;
- Cadastro de palavras-chave para busca de pronunciamentos feitos na Câmara dos Deputados e Senado Federal;
- Cadastro de palavras-chave para a busca de notícias de interesse em órgãos oficiais e fontes da mídia;
- Cadastro de palavras-chave para a busca de reuniões realizadas na Câmara dos Deputados e Senado Federal;
- Cadastro de palavras-chave ou hashtags para busca de publicações como o Twitter, classificadas em ordem de relevância;
- Cadastro de palavras-chave para a busca de publicações no Diário Oficial da União e nos Diários Oficiais de Estados, Municípios e Judiciários;
- Customização dos campos que devem aparecer em cada página de proposição;
- Geração de gráfico com informações sobre a conta como lista de autores, velocidade de tramitação das proposições e assuntos mais monitorados;
- Informação de data de vencimento da conta;
- Espaços individuais para separação de temas em matrizes distintas.

Página de Proposição:

- Lista diárias das proposições de todas as casas legislativas – filtrada por temas de interesse;
- Busca e adição de novas proposições com mais de 30 campos para refinamento de busca;
- Definição de atributos para cada proposição;
- Espaço para adição de informações e documentos associados a cada proposição encontrada;
- Ficha detalhada do projeto acompanhado;
- Acesso ao texto integral de projetos.

Diário Oficial:

- Monitoramento de todas as seções do Diário Oficial da União e Diários Oficiais de Estados, Municípios e Judiciários, em um relatório diário segmentado por palavras-chave;
- Captura da fonte da publicação, com número da edição e página e data de publicação;
- Indicação do termo monitorado;

- Recorte do texto publicado no DOU, conforme palavra-chave cadastrada.

Página de Parlamentar

- Listagem com filtro de parlamentares, inclusive por área de atuação;
- Listagem com fotos da face de parlamentares, o que permite o reconhecimento deles no Congresso Nacional;
- Biografia do parlamentar com links externos;
- Possibilidade de inserção de notas e tarefas associadas ao parlamentar;
- Marcação do parlamentar como “parlamentar chave” associado a alguma proposição;
- Inclusão das informações do gabinete e de contato do parlamentar;
- Gráficos com dados de fidelidade partidárias, históricos de votação do parlamentar, identidade em votações, órgãos legislativos, projetos de autoria, projetos de relatoria e de assuntos comuns à pauta do parlamentar;
- Comportamento do parlamentar nas votações;
- Pronunciamentos do parlamentar.

Órgãos Legislativos

- Listagem de todos os órgãos legislativos, comissões e subcomissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- Possibilidade de favoritizar uma comissão ou subcomissão;
- Para cada comissão, é criada uma página com todos os membros, dados de partidos e Estado dos membros;
- Informação sobre a quantidade de proposições da matriz que estão no órgão;
- Agenda de cada órgão, com listagem de itens da pauta.

Órgãos dos Executivo:

- Monitoramento de todos os normativos publicados;
- Monitoramento das consultas públicas;
- Disponibilização dos documentos apresentados em todas as consultas públicas;
- Monitoramento das agências reguladoras: ANTT, ANAC, ANM, entre outras.

Termômetro:

- Permite ao usuário medir a probabilidade de aprovação dos projetos de lei das Casas Federais;
- Usa inteligência artificial e machine learning para prever as chances de aprovação de um projeto;
- Baseia-se em mais de 2,9 milhões de proposições, 2,1 milhões de votos e 190 mil pronunciamentos de autoridades.

Relatórios:

- Criação de relatórios nos formatos .pdf, docx, .xls e .csv para proposições e parlamentares;
- Itens presentes nos relatórios são customizáveis através da seleção das informações que serão incluídas – pelo usuário.

Agenda:

- Agenda filtrada por proposições legislativas selecionadas pelo usuário;
- Ordem de apreciação das proposições nas Casas Federais;

- Horário da Sessão Deliberativa;
- Resultado da votação no plenário;
- Resultados de reuniões com proposições de interesse com visualização dos últimos 30 dias;
- Agendas de Ministros do Estado com histórico e pesquisa;
- Exportação da agenda em arquivos PDF e DOCX;
- Integração da agenda de proposições com Outlook, Google Calendar e outros serviços de calendário;

Notificações:

- Notificações geradas apenas sobre temas específicos de interesse, evitando falsos positivos e permitindo a seleção de tipos de proposições;
- Integração com e-mail, Telegram e ferramentas de RSS;
- Divididas por tipos: Legislativo, Novas Proposições, Pronunciamentos, Diários Oficiais, Notícias, Normativos e Reuniões;

Notas e Tarefas:

- Inclusão de notas;
- Atribuição de tarefas para os usuários da plataforma;
- Notificação dos usuários para tarefas pendentes por e-mail;
- Notificação dos usuários para tarefas demandadas e executadas;

E-mails Externos e Consultas:

- Disparo de consultas de priorização de proposições para um ou mais e-mails de não usuários;
- Possibilidade de anexar qualquer tipo de arquivo;
- Envio automático de lembretes;

Stakeholders:

- Módulo independente para cadastro, organizações e temas;
- Permite o registro de interações e engajamentos, vinculados a proposições legislativas;
- Visualização de gráfico de interação stakeholders e matriz de Poder x Interesse;
- Área colaborativa que permite atribuição de tarefas e armazenamento de arquivos e e-mails;
- Exportação de dados em diferentes formatos (imagem, data e print);

Dashboard:

- Criação de dashboards personalizados, possibilitando a análise das matérias constantes na matriz;
- Visualização da quantidade e características dos objetos, como parlamentar, categorias, comissões, projetos monitorados e projetos de lei;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.1.1. Não foram identificados critérios ou práticas de sustentabilidade aplicáveis à contratação, conforme consulta realizada do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da

Advocacia-Geral da União, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União e no site da AGU, tendo em vista que o objeto a ser contratado é por via digital.

4.2. Da Subcontratação:

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.3. Da Garantia:

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1.1. O serviço a ser contratado envolve apenas a cessão temporária de direitos de uso da plataforma, ou seja, abrange uma simples liberação do acesso no próprio sistema, não envolvendo recursos humanos e outros recursos materiais e/ou equipamentos e, conseqüentemente, não ocasiona responsabilidade subsidiária da ANTAQ. Dessa forma, pode-se inferir que o risco é mínimo para a Administração, uma vez que, caso houvesse uma interrupção do serviço, a empresa estaria sujeita às sanções administrativas dispostas neste termo de referência.

4.3.1.2. Outro fator que contribui para não exigir garantia é verificação do histórico de contratações anteriores da empresa, na qual não apresenta registro de problemas de interrupções em outros órgãos públicos.

4.4. Da Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

4.4.1. Não foi identificada necessidade de transição contratual ou de conhecimento.

4.5. Da natureza do serviço:

4.5.1. O serviço a ser contratado possui natureza de serviço não-continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.6. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como "comum", ou seja, é aquele serviço cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado, conforme definido no art. 6, inc. XIII, da Lei nº 14.133/21.

4.7. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

4.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.9. A plataforma Inteligov apresenta como padrões de qualidade:

- Tecnologia;
- Automação;
- Mobilidade;
- Segurança;
- Várias funcionalidades;

- Autenticação Corporativa: login por senha ou link mágico (passwordless) para todos os planos; integração com Microsoft, Google Workspace e Slack no módulo de autenticação corporativa; e segurança e compliance (LGPD), reduzindo a necessidade de acesso a dados pessoais e observando a sua política de segurança da informação;
- Armazenamento: 1 GB (um gigabyte);
- Usuários: 4 (quatro)

4.10. Da Alteração Subjetiva

4.10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação direta; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

4.11. Da Vistoria

4.11.1. Não será necessária a realização de vistoria, pois a contratação não exige da Contratada o conhecimento das instalações da ANTAQ.

4.12. Dos Materiais a serem disponibilizados:

4.12.1. Não será necessária a disponibilização de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios para a contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de **3 (três) anos**, sem prorrogação, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

5.2. A formalização da presente contratação ocorrerá por meio de Nota de Empenho, que terá força de contrato (art. 95, da Lei nº 14.133/21), conforme abaixo:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

5.2.1. Com base na interpretação sistemática e finalística do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, entendemos que apesar da literalidade do inciso I deste artigo, é juridicamente possível a substituição do termo de contrato por nota de empenho, por exemplo, de contratações por meio de inexigibilidade de licitação, desde que o valor da contratação fique abaixo do limite para a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor previsto art. 75, inciso II, desta lei.

5.2.2. Lembrando que a ausência do instrumento de contrato não fragiliza a Administração, desde que haja processo administrativo de contratação adequadamente instruído, do qual constem todas as obrigações das partes, a exemplo de prazos, dentre outras condicionantes e, ainda, a proposta.

5.3. A execução dos serviços será iniciada **até 5 (cinco) dias úteis**, após a emissão da Nota de Empenho.

5.4. No período descrito no item anterior, a Contratada deverá:

5.4.1. Enviar as credenciais (login e senha) aos usuários da Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais (ASP), para acesso imediato e irrestrito ao ambiente de trabalho da plataforma;

5.4.2. Disponibilizar treinamento dos usuários nas funcionalidades da ferramenta, caso necessário, a ser realizado por meio de reuniões online. O treinamento terá no mínimo 4 (quatro) horas e abordará os seguintes temas:

- Introdução à ferramenta e parametrização;
- Importação de dados;
- Cadastro de Palavras-chaves;
- Preparação da lista inicial de usuários;
- Apresentação da base de conhecimento;
- Apresentação do painel de sugestões;
- Esclarecimentos de dúvidas decorrentes do uso da plataforma.

5.4.3. Disponibilizar suporte da plataforma Inteligov, via telefone e/ou e-mail:

- 8 horas por dia, de 2ª a 6ª feira, durante a vigência da contratação.

5.5. Os serviços serão prestados pela empresa Inteligov - Aplicativos de Internet Ltda, conforme Proposta de Preços (SEI nº 1963700), válida até 30/08/2023, e dados abaixo:

- **Razão Social: Inteligov – Aplicativos de Internet Ltda – EPP**
- **CNPJ nº 20.280.412/0001-30.**
- **Endereço: Av. Paulista, 1439, cj. 12, Bela Vista, São Paulo-SP. CEP.: 01311-200**
- **Diretor-Executivo: Raphael Caldas. E-mail (raphael@inteligov.com.br) e Celular (11) 98382-2495.**

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A PROPOSTA

6.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.1.1. Fornecimento de sistema on-line de acompanhamento legislativo nas duas casas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) para atender às necessidades da Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais (ASP) da ANTAQ.

6.1.2. Necessita-se de 4 (quatro) acessos simultâneos para a ASP.

6.1.3. A proposta deverá conter os dados da empresa (CNPJ, endereço, telefone, responsável pelo contato).

6.1.4. A proposta deverá ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, bem como, apresentar todas as especificações do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1.1. O serviço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do serviço, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.3. A execução do serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.1.3.1. O fiscal da contratação anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2. O fiscal da contratação informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.4. A Contratada deverá indicar preposto para representá-la na execução dos serviços.

7.1.4.1. A indicação do preposto da empresa poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para a execução do serviço.

7.1.5. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.6. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.7. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.1.7.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver redimensionamento do pagamento, sempre que a Contratada:

7.2.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida para o serviço pactuado;

7.2.2. O serviço será considerado bem executado com o atendimento dos requisitos da contratação relacionados ao funcionamento correto da ferramenta Inteligov e com o comprovado acesso dos usuários, conforme quantitativo pactuado.

7.2.3. Durante a disponibilidade da plataforma, o fiscal da contratação deverá monitorar constantemente o nível de qualidade das informações, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.2.4. A comunicação com a Contratada será, sempre que possível, realizada por meio escrito.

7.2.5. Na hipótese de interrupções, perda ou compartilhamento de dados não autorizados devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com a regras previstas neste instrumento.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Com relação ao recebimento do objeto, por se tratar de acesso à base de dados, não haverá uma entrega física. A entrega do objeto se dará com a liberação dos acessos aos usuários da ASP/ANTAQ.

7.3.2. Após a emissão da Nota de Empenho, a Contratada deverá fornecer os acessos, treinamento, caso necessário, e suporte, conforme os itens 5.4.1 a 5.4.3, deste Termo de Referência.

7.3.3. Após a liberação do acesso ao sistema Inteligov pela Contratada, será feito o aceite definitivo pelo fiscal com o objetivo de autorizar o pagamento devido da nota fiscal ou fatura a ser emitida pela Contratada.

7.3.4. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta de Preços, devendo se corrigido no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.5. O recebimento do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da “plataforma” nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da contratação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o firmado neste Termo de Referência.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e o cumprimento das obrigações da Contratada.

8.5. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.6. Aplicar à Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação.

8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada.

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.9. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. A Contratada deve:

9.2.1. Indicar preposto para representá-la na execução do objeto.

9.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal da contratação ou autoridade superior.

9.2.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, fornecendo treinamento, suporte, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da contratação, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto.

9.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução da contratação pela Contratante, que poderá aplicar sanções pelo valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do Fiscal ou Gestor da contratação, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.7. Comunicar ao Fiscal da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na plataforma.

9.2.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante.

9.2.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2.10. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta.

9.2.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação direta, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do

cumprimento de obrigações legais ou da contratação e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. DA JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

11.1.1. A presente contratação será realizada diretamente, por inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

(...)

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

11.1.2. O principal requisito legal para o uso da inexigibilidade de licitação, disposto no art. 74, inciso I, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 é a inviabilidade de competição.

11.1.3. De acordo com a certidão (SEI nº 1963703), a ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software certifica que a empresa INTELIGOV APLICATIVOS DE INTERNET LTDA-EPP é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo o território nacional o programa para computador **Inteligov**, destinado ao monitoramento de dados governamentais, e a prestar os serviços de suporte e manutenção relativos a esse programa.

11.1.4. Dessa forma, demonstra-se que há inviabilidade de competição, pois o objeto da contratação é exclusivo e prestado por único fornecedor, e que a contratação direta deve ser realizada por inexigibilidade de licitação, conforme a legislação.

11.2. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.2.1. Previamente à emissão da Nota de Empenho, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inexigibilidade, mantido pelo CNJ;

e) TCU Inidôneos e TCU Consolidado;

f) CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal;

g) Declaração que não emprega menor de idade;

11.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.2.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.2.7. É dever do Fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

11.2.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.2.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.3. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

Habilitação Jurídica:

11.3.1. Sociedade empresária de responsabilidade limitada - EPP, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de

responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

11.3.3. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.3.4. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.3.5. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.6. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.3.7. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.8. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

11.3.10. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.11. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O valor da contratação é de **R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais).**

12.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados na nota fiscal/fatura pela Contratada.

13.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14. DO PRAZO DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a Contratante atestar a execução do objeto da contratação.

14.3. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo* de correção monetária.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto no item 7.3, deste Termo de Referência.

15.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados da contratação e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução da contratação;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade

de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

15.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.8. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão da contratação nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

15.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. DO REAJUSTE

16.1. Não haverá reajuste nesta contratação.

17. DA CESSÃO DE CRÉDITO

17.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação direta;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

18.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

18.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

18.2.4. **Multa:**

18.2.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

18.2.4.2. compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto;

18.3. A aplicação das sanções previstas nesta contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

18.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para a Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

18.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.11. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

19.2. A contratação será atendida pela dotação orçamentária que será informada posteriormente pela Coordenadoria de Orçamento.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIELA BASTOS DIAS DA SILVA

Coordenadora de Relações Parlamentares



Assinou eletronicamente em 28/07/2023 às 10:49:14.

JOELSON NEVES MIRANDA

Chefe da Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais



Assinou eletronicamente em 28/07/2023 às 13:59:36.